

Histórias e Dilemas da Agroecologia no Brasil: Entrevista com Jean Marc von der Weid¹

Entrevista:

Jean Marc von der Weid é economista, ativista e uma das principais referências brasileiras no campo da agroecologia. A entrevista foi concedida a **Alessandra Izabel de Carvalho**² e **José Augusto Pádua**³, considerando a relevância da entrevista e suas contribuições para os historiadores ambientais.

Jean Marc von der Weid é um importante ativista político, economista do desenvolvimento rural e referência brasileira no campo da agroecologia. Nascido no Rio de Janeiro em 1946, cresceu em um ambiente marcado pelo engajamento social e político, algo que viria a moldar profundamente sua trajetória. Ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro nos anos 1960 para cursar Engenharia Química, período em que se tornou uma das figuras centrais do movimento estudantil durante a ditadura militar inaugurada em 1964. Em 1969, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em um congresso clandestino, assumindo papel destacado na

¹ Entrevista transcrita pela pesquisadora Brenda Rotter, a quem agradecemos.

² Doutora em História pela UNICAMP. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG. Orcid: 0000-0003-2086-5987. E-mail: ale.marumbi@gmail.com

³ Doutor em Ciências Políticas pelo IUPERJ. Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Orcid: 0000-0002-4524-5410. E-mail: jpadua@terra.com.br

articulação da resistência estudantil. Sua atuação o levou à prisão e, posteriormente, ao exílio após ser incluído em uma troca de prisioneiros políticos por um embaixador sequestrado.

No exílio, viveu no Chile e depois na França, onde aprofundou sua formação acadêmica, concluindo estudos em economia do desenvolvimento rural na Sorbonne. Trabalhou no Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), o principal órgão francês de pesquisa agrária, experiência que ampliou sua compreensão sobre os mercados internacionais de produtos agrícolas, impactos das empresas multinacionais sobre a pobreza rural e modelos de desenvolvimento agropecuário. Ainda na Europa, coordenou os comitês de solidariedade e campanhas pela anistia aos perseguidos políticos brasileiros.

Com o retorno ao Brasil após a Lei da Anistia, em 1979, direcionou seus conhecimentos e sua militância para a promoção de uma agricultura socialmente justa e ambientalmente sustentável. Em 1983, tornou-se um dos fundadores da AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – hoje denominada AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia –, organização que se tornaria uma das referências nacionais e internacionais na promoção da agroecologia, do manejo da agrobiodiversidade e do fortalecimento da agricultura familiar. Ao longo das décadas seguintes, atuou em conselhos e fóruns nacionais, incluindo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF/MDA), onde participou do debate sobre políticas públicas para o campo entre 2004 e 2016, e do comitê da sociedade civil da FAO relativo ao tema da fome no mundo.

Além da atuação institucional, von der Weid consolidou-se como intelectual público. Em artigos, entrevistas e ensaios, analisa criticamente os rumos do sistema agroalimentar mundial, os limites do agronegócio químico-dependente, os riscos ambientais dos agrocombustíveis e os desafios sociais estruturais do rural brasileiro. Seu pensamento combina a experiência prática com agricultores, a formação acadêmica internacional e a marca profunda de sua história de resistência política. Nos

últimos anos, também tem publicado memórias e reflexões sobre o período da ditadura e do exílio, contribuindo para preservar uma dimensão humana e política daqueles tempos difíceis.

Reconhecido por sua clareza analítica e compromisso com a justiça social e ambiental, Jean Marc von der Weid permanece como uma voz influente no debate sobre desenvolvimento rural, sustentabilidade e democracia no Brasil.

Por tudo isso, foi uma grande honra conversar com o Jean Marc sobre a história, os impasses e o futuro da agroecologia e da agricultura familiar no Brasil. A entrevista foi realizada no dia 02 de novembro de 2025 de maneira remota, via Google Meet. Esperamos que a leitura seja tão estimulante para você quanto a prosa foi para nós.

Alessandra Izabel de Carvalho (AIC) – Jean Marc, você descreve que sua trajetória de pesquisa, iniciada no exílio, estava centrada na Economia e na teoria da Revolução Verde, aceitando o modelo tecnológico e convivendo com o debate ideológico que previa o desaparecimento “natural” do campesinato. Um encontro ocorrido na região de Paraty em 1980, numa situação que os agricultores pretendiam vender suas terras devido à exaustão produtiva, teria funcionado como um catalisador para a ruptura com esses paradigmas.⁴ Em que medida essa crise de viabilidade técnica te obrigou a ir além das soluções pontuais e a conceber o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) como uma iniciativa de pesquisa de dimensão nacional?

⁴ WEID, Jean Marc von der. 30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal Parte I – A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas. Disponível em <https://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>

Jean Marc von der Weid (JMW)– Deixa eu só começar a situar um pouco melhor o debate em que a gente estava enfiado até entrar em contato lá com o povo de Paraty. Veja só a história. Por que que eu tinha interesse pelo mundo da agricultura, do campesinato, etc.? Era uma questão política. Eu era militante da Ação Popular, que era um partido revolucionário, de esquerda, no tempo da ditadura. E a Ação Popular tinha uma influência maoísta forte. Então, aquela história do campesinato como força, como se dizia na linguagem da época, o proletariado era a força dirigente, e o campesinato era a força principal nos processos revolucionários. Aquilo era no que nós fomos formados, um pouco dentro disso aí. A minha formação pessoal não tem nada a ver com isso, eu era engenheiro químico. Eu não conhecia o campo brasileiro, nem de estudo, nem de visita, salvo as férias que passei na fazenda de gado leiteiro de um tio-avô. Mas então, a Europa é um lugar que eu começo a estudar, a ter tempo de estudar. Na França tinha um debate muito forte, fui aluno do Mazoyer.⁵ E ele tinha a ideia de uma transição permanente, um processo de transição em que ele vem discutindo desde a agricultura tradicional até a agricultura moderna, com um processo em que vai se dando também o processo de marginalização do campesinato, dependendo de condições políticas e sociais. Eu fui trabalhar no centro de pesquisa do governo francês, o INRA. A gente fazia pesquisas sobre o mercado de produtos agrícolas. Tudo estava sendo trabalhado no macro. E havia sempre uma espécie de cena que era: a questão depende mais da política do que da opção técnica. Então, em último caso, quer dizer o seguinte: se você tiver uma situação política favorável, por exemplo, um governo que fosse proteger a agricultura familiar, a tecnologia moderna não estava posta em questão, ela seria colocada, disponibilizada socialmente. Eu fui meio banhado nesse debate. E havia os contatos com as organizações de promoção de desenvolvimento do governo francês que atuavam sobretudo na África, várias muito interessantes, e foi quando tive contato com um programa chamado Tecnologias Alternativas. Inclusive, digamos, a “pílula” para o nosso próprio projeto tem um pouco a ver com isso. Só que, para eles, a questão da

⁵ Marcel Mazoyer (1933) é engenheiro agrícola e professor-pesquisador francês. Ver MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas do Mundo*. São Paulo: Unesp, 2010.

tecnologia não era centrada na agronomia, era centrada, digamos assim, na produção *stricto sensu*, ou seja, no conjunto das técnicas que interessam ao campesinato. Eles tinham se centrado muito na recuperação do conhecimento tradicional, por um lado, e, do outro, eles tinham uma ênfase forte que me atraiu muito, porque falavam muito também da inovação camponesa. Enquanto os mais tradicionalistas centravam na relação de proteger o tradicional, eles colocavam: “Ah, claro que sim, mas muitas das coisas tradicionais não têm mais lugar. Então, tem que ver o que está sendo inovado, o que os agricultores familiares são capazes de criar.” A gente pegou muito essa pista. Havia uma dúvida, porque existiam muitos exemplos da aplicação da tecnologia moderna na agricultura familiar que não deram certo. Mas, enfim, o que não existia naquele tempo é o seguinte: a clareza de que a matriz tecnológica dita moderna matava a tua proposta. Mesmo assim, eu não achava que pudesse aplicar a tecnologia moderna na agricultura familiar no Brasil, nas condições do Brasil. A gente voltou para o Brasil, e a ditadura ainda estava sentadinha no governo, embora mais liberalizada. Então, a gente sabia que não podia, não teria essa possibilidade, mas não sabia o que fazer. Tanto é que a gente não voltou com uma opção clara, embora a gente tivesse ainda uma vinculação forte com a questão rural e inclusive porque tínhamos uma forte vinculação com a maior liderança do tempo da ditadura, que ficou com o nome mais forte do mundo rural, o Manoel da Conceição.⁶ Mas o negócio dele não era muito a luta pela posse da terra propriamente dita. O que ele queria era se defender contra a pressão vinda dos latifundiários, uma garantia contra os bois dos latifundiários. Como era uma região que tinha um enorme excedente de terra, a tensão pela terra era menor do que a tensão pela apropriação da produção.

José Augusto Pádua (JAP) – Deixa eu fazer uma pergunta rápida e pontual aqui: antes de você voltar para o Brasil, lá na França, nessa discussão sobre agricultura, a

⁶ Manoel da Conceição Santos (1935–2021) foi um líder camponês maranhense e articulador da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais no Brasil, destacando-se na resistência à ditadura militar e na organização do movimento rural no Maranhão e no Bico do Papagaio. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

questão ecológica já estava presente na cabeça de vocês? Estou pensando no René Dumont,⁷ que foi candidato a presidente, e nessa ligação da agronomia com a questão ambiental.

JMW – A questão ecológica já estava presente no debate na França, mas a gente não dava a menor pelota. Vou te dar um exemplo: um dos papas da agricultura biológica na França era o Claude Aubert⁸, o outro era um pesquisador do INRA, de Bordeaux, o Chaboussou⁹ – ele tem livros publicados em português, que circulam por aí, faz parte daquele negócio que toda biblioteca de agroecologista tem (e não lê). E o Chaboussou veio a Paris fazer uma conferência, eu estava no INRA, fomos lá assistir aquela conferência. Lembro que estava eu, o Silvio¹⁰ e um argentino que estava também trabalhando com a gente lá, que também era exilado. Eu achei uma coisa muito curiosa, mas, ao mesmo tempo, é como se eu estivesse vendo, sei lá, um bibelô japonês, um quadro chinês, assim, coisa muito rara, interessante e tal, mas não tinha nada a ver comigo. Eu ouvi tudo aquilo, olhei pro Silvio e perguntei: “O que você acha desse negócio?” Ele disse: “Bobajada!” O argentino ainda perguntou: “Vocês acham que isso faz sentido?” Eu: “Não, isso é coisa do passado” e não sei o que mais. Enfim, passou batido, mas era um pouco esse universo, essa ideia não tinha âncora dentro do mundo real da gente. Era uma ideia, mas não chegava no chão. Bom, tudo isso para falar de Paraty! Paraty era um caso interessante pelo seguinte: eles colocavam, em termos muito concretos, a questão de que a reforma agrária, em si, é uma coisa insuficiente, tinha outra coisa depois que era: o desenvolvimento seria como? Eu e o Miguel Pressburguer, advogado da comunidade de Paraty e coordenador dos advogados da Pastoral da Terra, fomos lá discutir com eles. A gente disse assim: “Poxa, vocês não

⁷ René Dumont (1904–2001). Agrônomo, professor e escritor francês, pioneiro do pensamento ecológico e do desenvolvimento sustentável, reconhecido por suas críticas à agricultura industrial e às desigualdades globais, tornou-se o primeiro candidato ecologista à presidência da França, em 1974.

⁸ Claude Aubert (1936) é engenheiro agrônomo e um dos pioneiros da agricultura biológica na França.

⁹ Francis Chaboussou (1908–1985) foi um entomólogo e pesquisador francês, conhecido por desenvolver a teoria da trofobiose, uma das bases conceituais da agricultura biológica.

¹⁰ Silvio Gomes de Almeida, cofundador e coordenador executivo da AS-PTA.

podem entregar, passaram 10 anos lutando por essa terra!” Daí os cara disseram: “Podemos sim! Porque agora a área é nossa, a gente faz o que a gente quiser.” Aí o cara disse bem assim: “Ó, essa terra tá esgotada, solo muito pobre”. A gente falou, falou, tentando mostrar que as alternativas de vida fora da agricultura com o dinheiro da venda das terras não eram promissoras para eles, até que o cara falou pra gente: “Olha, ô doutor, é o seguinte, o senhor diz que a gente na cidade não tem futuro. Pode ser, mas pode não ser. Mas aqui, eu tenho certeza de que a gente não tem futuro. As terras estão gastas, o que a gente planta para comer mal dá para a família e o que a gente vende tem preços baixos”. Ou seja, nós estávamos tirando a última esperança que o cara tinha (fora do mundo rural). Na volta para o Rio de Janeiro quem provocou a pergunta geradora do nosso projeto foi o Miguel. Ele, pensando especificamente na comunidade lá de Mambucaba, disse assim: “A gente precisa fazer alguma coisa, precisa ajudar esses caras a fazer alguma coisa, a se desenvolver com as terras conquistadas”. Eu não sabia nem o que era ONG, para mim, era uma novidade. Ele disse: “Existem entidades (ONGs) que têm dinheiro para um projetinho, para a gente fazer o desenvolvimento aqui. Você não quer fazer um projeto para isso?” Aí, eu me lembro que eu fui montar um projeto para a comunidade de Paraty. Eu apliquei aquilo que eu tinha de conhecimento em desenvolvimento rural. O que que esses caras podem fazer aqui que pode dar o melhor rendimento possível? Tinha um mercado fortíssimo naquela região para hortaliças. Eu disse: o negócio é por aí, quer dizer, a hortaliça é uma coisa de ciclo curto, que em uma área pequena pode dar um alto rendimento; então, você pode recuperar o solo de forma mais concentrada. Só tinha uma coisa: os caras não entendiam nada de horticultura. O negócio deles era aquele plantio de mandioca, milho e feijão, cebola, salsa, alho e banana. Não saía disso. Eu me lembro que eu fui ver se o custo da minha proposta era alto, e era. O custo por agricultor beneficiado era alto e o tempo de implantação daquilo não era rápido. Pedi para o Agostinho¹¹ dar uma olhada no projeto e ele disse: “Acho que está perfeito tecnicamente, os cálculos econômicos estão certos”. Mas era inviável, a

¹¹ Agostinho Guerreiro é engenheiro agrônomo pela UFFRJ e mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ. Foi presidente do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro

gente não conseguiria bancar aquilo. Eu me lembro de dizer pro Agostinho: “Pô, você que é agrônomo, não conhece nenhuma base técnica menos cara, alguma coisa que seja menos dependente de investimento?” Eu não estava nem falando de insumo químico, era de custo mesmo. Aí ele disse: “Olha, o que eu conheço de agronomia é isso aí que você botou. Agora, tem gente aí que está falando de agricultura alternativa, que funciona sem insumos caros”. Foi assim que começou. Eu fui visitar algumas experiências de agricultura orgânica, e que nunca me convenceram muito. Quando a gente montou o projeto no começo, ele não era um projeto de agricultura alternativa, ele era um projeto de tecnologia alternativa. A gente pegou um pouco o discurso do pessoal lá da França, do GRET [Group de Recherche et d’Echanges Technologiques]. O discurso do GRET era justamente promover tecnologias de baixo custo e de fácil acesso por parte dos interessados. Abriu o nosso leque para procurar outras coisas, além da agronomia propriamente. As outras tecnologias eram mais fáceis de você integrar, mais fáceis de você captar uma coisa, digamos assim, de geração de energia eólica, e outras formas de energia, ditas alternativas. O que que o GRET fazia? – e nós copiamos isso – O GRET pesquisava ‘n’ lugares pela África afora as chamadas tecnologias alternativas, que iam sendo encontradas e desenvolvidas por eles através da própria experiência dos agricultores. Eles, então, localizavam algumas experiências, passavam por uma série de avaliações críticas sobre o potencial que tinham, por aperfeiçoamentos, testavam isso nas próprias comunidades. Aquilo era transformado num folheto, detalhadamente. O trabalho deles terminava no momento em que eles entregavam o folheto. A AS-PTA tinha essa prática, inicialmente. Logo depois que gente começou o nosso próprio programa, a EMBRATER [Agência Brasileira de Assistência Técnica e Extensão] fez um acordo com a França e montou o programa de tecnologia alternativa do GRET aqui no Brasil. E durante uns 15 anos, mais ou menos, esse negócio funcionou através das Emateres [Institutos de Assistência Técnica e Extensão Rural]. Eles chegaram a produzir 1.500 folhetos de tecnologia. A imensa maioria não era usada, até porque tinha uma falha de partida, que é essa ideia de que a tecnologia é universal. O programa do governo localizado na EMBRATER espalhava aqueles folhetos por todas as Emateres.

Ficava lá pegando pó e tal, até que no fim devia ser incinerado. Mas nós pegamos isso. A nossa fórmula inicial foi igualzinha à da GRET: levantar informações, poder sistematizar e difundir. A gente estava preocupado com a difusão, a gente era uma organização, queria fazer a coisa andar. Então, fizemos um esforço nesse sentido, e deu errado.

AIC – O que exatamente deu errado?

JMW – Sinteticamente, o que deu errado foi a nossa proposta inicial de promoção do desenvolvimento dos agricultores familiares. Buscamos levar propostas técnicas de baixo custo e boa performance econômica que permitissem aos que as aplicassem melhorar sua produção (e, em consequência, seu consumo e renda) ou outros elementos das suas necessidades cotidianas, como acesso à água, energia, habitação, saneamento e outros muitos outros. Nossa abordagem era primeiro identificar soluções técnicas para, por exemplo, captar e estocar água de chuva, ou para gerar energia elétrica, ou para construir latrinas, etc. O enfoque na produção agrícola e pecuária era prioritário, mas a oferta de tecnologias alternativas dependia de encontrarmos opções para oferecer. Estas opções eram buscadas em fontes como universidades e centros de pesquisa e nas práticas, tradicionais ou inovadoras, dos próprios produtores rurais. Uma vez identificada uma tecnologia “promissora” ela era sistematizada, validada e disseminada através de folhetos distribuídos em associações de produtores, sindicatos e cooperativas. Rapidamente descobrimos que as propostas técnicas ligadas à produção, de caráter mais agrônômico, eram muito mais localizadas, específicas para situações particulares, do que as outras, mais generalizáveis, como por exemplo as cisternas de placas, cataventos, latrinas composteiras e outras. Mas mesmo as mais “generalizáveis” tinham um baixo nível de adoção pelos potenciais beneficiários. Pelo método de tentativa e erro, penoso e custoso, descobrimos que era preciso adotar uma outra abordagem, partindo da identificação das necessidades prioritárias do nosso

público e, para isso, era preciso trabalhar com públicos mais orgânicos e de forma mais permanente. Mudamos o foco e os métodos, introduzindo abordagens participativas para diagnosticar os problemas, discutir as possíveis soluções e testá-las em coletivos de agricultores experimentadores. Com o tempo este novo *approach* foi se complexificando e criamos uma novidade no Brasil (e original no nível internacional) que é uma das marcas mais significativas da experiência da AS-PTA: a geração participativa de conhecimento agroecológico. Esta mudança de foco permitiu centrar mais nos aspectos produtivos dos sistemas agrícolas dos agricultores familiares e nos conduziu diretamente para a adoção da agroecologia como alternativa sistêmica para a sustentabilidade social e ambiental do nosso público.

JAP – Suas análises demonstram como a estrutura agrária brasileira, desde o período colonial, foi moldada pelo latifúndio agroexportador, empurrando a agricultura familiar para as margens, tanto em termos geográficos quanto socioeconômicos. Como essa marginalização histórica, em biomas e terras vulneráveis e com pouca área, condiciona não apenas a viabilidade econômica dos agricultores, mas também a própria eficácia e o alcance de qualquer política pública que se proponha a ser transformadora? Você percebe na história exemplos em que a agricultura familiar fugiu a esta regra?

JMW – Eu percebo que, no Brasil, a agricultura familiar fugiu à regra no Sul, claramente. A particularidade do Sul, eu acho que tem um pouco a ver com a crise do latifúndio gaúcho, em particular, que coincide com a fase de entrada da migração europeia no Brasil. Quer dizer, uma grande parte da migração europeia vai para os sistemas convencionais do grande latifúndio, do café etc. Mas uma parte grande vai para o Sul, e nesse espaço eles pegam um sistema em crise e começam a ter lugar. E eles trazem uma agricultura familiar. Essa é a marca que praticamente define o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em parte o Paraná, que é um pouco diferente, porque

o Paraná já tem uma migração posterior. Ou seja, uma grande parte da ocupação do Paraná vem de migrações do Sul para cima, é um segundo momento. Mas, mesmo assim, na zona do trabalho da gente lá no Paraná, você tinha que correr atrás, praticamente, de tradutores. Você tinha a zona dos ucranianos, a zona dos poloneses, a zona dos alemães, e eram três culturas, três religiões, e comunidades muito fechadas. Essas comunidades tinham, evidentemente, características muito fortes, quer dizer, próprias. Houve algumas experiências feitas, digamos assim, de esforço social de trazer a modernização sem os seus impactos negativos, ou pelo menos minimizando os impactos negativos. Eu acho que a da Cooperativa de Ijuí é a mais interessante. Eles conseguiram formular todo um sistema de financiamento, de beneficiamento e de comercialização, inclusive com uma preocupação de diversidade, que depois foi abandonado porque o negócio virou um mar de soja. Mas aquilo foi uma interessantíssima experiência de enfrentar o processo de modernização com o esforço coletivo e com uma assessoria do processo cooperativo. Você tinha uma outra coisa que foi derrubada por outras razões: toda a triticultura do Rio Grande do Sul era baseada em agricultura familiar. E foi através da modernização, não da produção agrícola, mas da transformação, que isso foi posto abaixo. Então, quando os moinhos coloniais são praticamente erradicados como um projeto de saúde pública, você passou a ter os grandes moinhos dominando. A escala derrubou essa produção familiar brutalmente. Mas isso é uma coisa interessante, porque ela vem por um outro lado, não foi na modernização agrícola que a coisa se quebrou, foi no processo de transformação. No resto do país eu não conheço nenhuma experiência que tenha sido, digamos assim, estabilizada. Em todos os lugares, você tinha o latifúndio canavieiro e, depois, os outros latifúndios. Você tinha uma zona de produção alimentar, sob controle ou não desses sistemas, que era abastecedora dos próprios sistemas produtores de grande escala, como das zonas urbanas iniciais que estavam se colocando. Só que era uma coisa muito, muito frágil, porque, à medida que cresciam as forças produtivas nesses diferentes lugares, sejam urbanas ou periurbanas, esse sistema era deslocado. Então, ele vive um processo permanente de deslocamento. Ou ele é deslocado para aquilo que é a área que

ninguém quer, que são as áreas marginais dentro da Mata Atlântica, etc., ou ele vai para o Oeste, vai para o sertão, vai para a Amazônia, para outros lugares onde têm ainda a disponibilidade de terra. Então, não tem nenhum sistema consolidado. Você tem, e pode-se chamar assim, pequenos grupos aqui e ali que conseguiram descobrir um nicho de mercado que lhes deu alguma estabilidade. Mas, em geral, eu acho que o latifúndio foi impiedoso aqui no Brasil, não deu margem para grande coisa fora do seu próprio espaço. O próprio regime militar percebeu isso aí, porque eles fizeram todo o programa – quando criaram o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] –, de colonização da Amazônia, eles estabeleceram, inclusive, por estudo, o seguinte: “Olha, a menor propriedade capaz de aplicar, de uma forma economicamente rentável, o pacote econômico da produção do Rio Grande do Sul são 50 hectares”. Então, tudo o que estava abaixo disso estava condenado. O campesinato brasileiro é um campesinato de minifundistas, mais da metade são minifundistas. E dentro desses aí estão os mini-mini, quer dizer, a definição de minifundista é quem tem o tamanho de propriedade menor do que o módulo fiscal. Agora, 1 milhão têm menos de 2 hectares, isso não é módulo fiscal, é uma fração do módulo fiscal. Ou seja, você tem um campesinato marginalizado, e era com isso que a gente tinha que lidar. Então, essa marginalização histórica ainda influencia a transição para a agroecologia, com toda a certeza. Para nós isso foi um problema desde o começo. A gente sempre partiu de uma visão revolucionária, como bons militantes. Nosso negócio é o seguinte: a gente tem a ideia de agricultura alternativa, né? Alternativa a quê? Alternativa ao latifúndio, à propriedade capitalista, e tal. Nós dizemos assim: a agricultura familiar tem que ser “A agricultura”. Então, esse resto aí (o latifúndio) tem que sair, seja como for. Enquanto você tiver essas duas coisas batendo, a gente perde. Então, estava claro o conflito de classe nesse processo, e a gente trabalhava a agroecologia dentro de um conceito de conflito de classe.

AIC – Você distingue claramente a agroecologia da agricultura orgânica, definindo a primeira como um paradigma que “busca mimetizar os sistemas naturais” por meio da diversidade e complexidade, em oposição à artificialização do ambiente promovida pelo agronegócio.¹² Diante disso, as próprias características intrínsecas da agroecologia, como, por exemplo, ser adaptada à pequena escala e à mão de obra familiar, representam obstáculos à sua massificação dentro da lógica capitalista de mercado que privilegia a escala e a uniformidade?

JMW – Olha, eu posso dizer isso, que as características da agroecologia são um problema para ela poder se generalizar, claro. A gente viveu esse impasse a vida inteira, tentando descobrir formas que facilitassem a superação, sobretudo a partir dos chamados governos populares, porque aí isso tinha como influenciar a política pública. Se fez alguma coisa com o Fernando Henrique, mas, com o Lula, a gente apostava muito mais – pelo menos a gente acreditava que existia uma janela de oportunidade que permitiria você fazer muito mais. Eu acho que a gente cometeu alguns erros estratégicos, políticos, nesse momento, e pagamos por eles. Eu acho que o principal é que a gente, com medo de cair em um nicho de produtores ecológicos, pensou o tempo todo em políticas universais. Então, é o seguinte: o que que a gente quer? Vamos fazer um PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] agroecológico, vamos fazer um PRONATER [Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária], um programa de ATER agroecológico, vamos fazer um programa de compras governamentais agroecológicas. Era uma tentativa de fazer as coisas todas no macro. E eu suspeitei mais ou menos rapidamente que isso não ia dar certo, até porque, no primeiro ano do governo Lula, eu tive uma intensa discussão com o governo a respeito do PRONAF. E, no final, cheguei à conclusão que aquilo ali que o governo abriu, que ele próprio dizia era algo assim: “Não, nós não vamos transformar o PRONAF num PRONAF agroecológico, num PRONAF

¹² WEID, Jean Marc von der. Obstáculos para a transição agroecológica no Brasil (parte 1). Geração 68. Julho de 2024. Disponível em <https://68naluta.blog/2024/07/29/obstaculos-para-a-transicao-agroecologica-no-brasil-parte-1/>

verde, porque nem todos os agricultores querem isso. Então, tudo o que a gente pode fazer é o seguinte: vamos criar um componente do PRONAF agroecológico, ou seja, nós vamos financiar o convencional e o agroecológico.” Isso é a cara do governo Lula, fez o tempo todo isso com todos os setores, financia um lado e financia o outro. Acontece que ele financiou pesadamente o lado convencional e muito pouco o lado da agroecologia. Então, qual é o bom método de você financiar a transição agroecológica? É uma coisa que eu estou há muito tempo discutindo, inclusive a nível internacional, com o pessoal da Noruega, da Espanha, e tem uns projetos em Moçambique. Acho que tem realmente essa tentativa de fazer as políticas públicas operarem na direção da agroecologia. Esbarra numa coisa que é real: o público não está batendo palma para a agroecologia. Os agricultores familiares, em geral, quem têm acesso ao PRONAF, querem o dinheiro para fazer o PRONAF convencional. Então, a gente teria, inclusive, que abrir, digamos assim, um esforço de mobilização de tomadores de empréstimo diferentes. Porque a substituição de insumos, nesses casos aí, já tinha sido tentada antes e dançou naquela altura, inclusive. A dificuldade que a gente encontrou foi, como eu disse, de formulação da política, que era muito mal formulada, na esfera da agroecologia foi uma catástrofe. Mas também a gente não se convenceu, levou muito tempo para nos convenceremos, enquanto corrente política, digamos, da agroecologia, de que as políticas universais não vão funcionar. Aliás, até hoje, a coisa foi se radicalizando no seguinte sentido: havia uma compreensão de que você não podia ficar convivendo entre a política convencional e pedaços de política pró-agroecologia no MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário]. Então, o que houve? Foi aquela ambição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o PLANAPO, de ser o programa macro, que integra tudo e tem que se colocar em oposição ao resto. Eu já estava convencido de que isso ia dar com os burros n’água. A Articulação Nacional de Agroecologia estava fazendo um esforço enorme de formulação, passando praticamente todo o governo da Dilma, o primeiro governo da Dilma, nesse processo. Chegou-se a uma formulação, um monte de papel, foi tudo bonito, projetado, pensado, aplaudido, e não foi aprovado, como era de se esperar, porque a gente já tinha visto isso acontecer antes. Então, naquela altura,

eu já vinha brigando há algum tempo dentro da AS-PTA pelo seguinte: nós temos que nos fixar em tentar fazer operar duas políticas, a de crédito e a de assistência técnica. A gente precisa conseguir fazer com que essas duas operem, pelo menos abrindo espaços, na nossa direção. Não precisa ser tudo agroecológico, porque não podia ser, que aí teríamos manifestação de agricultor contra a gente ou contra o governo. Pelo menos, que a gente consiga abrir um espaço significativo, isso já é uma grande vantagem. “Não, é tudo ou nada. Nós vamos para o PLANAPO”. A briga para fazer o projeto de ATER voltado para a agroecologia, eu travei praticamente sozinho dentro do CONDRAF [Conselho Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar] do MDA, tinha apenas dois ou três aliados lá de dentro, que nem eram da rede PTA. E mesmo assim, a gente ganha. Mas é aquele negócio: ganha, mas não ganha. A gente conseguiu uma série de vitórias do ponto de vista de fluxo de recursos para assistência técnica em agroecologia, mas que praticamente mataram as organizações, porque as condições eram tão complicadas, o que o governo botou ali era uma camisa de força tão pesada que quem conseguiu executar os projetos teve que abandonar as práticas mais avançadas da agroecologia. Não admitem que abandonaram, mas de fato abandonaram. Houve algumas organizações que eficientemente usaram aquele dinheiro, e a primeira coisa que eles fizeram foi o seguinte: “Vamos parar com diversidade, complexidade. Nada disso funciona com este tipo de financiamento, isso aqui é uma coisa simplificadora, o sistema obriga à simplificação.” Então, passou-se a distribuir pacotes, três, quatro propostas, vamos embora, financia isso, não sei o quê e tal. Isso aí funciona para sistemas simples, nos sistemas complexos, não. O resultado é que algumas organizações mudaram praticamente de orientação, e as outras acabaram abandonando os projetos financiados pelo governo. A própria AS-PTA, chegou a um momento em que eu disse: “Não dá. Não dá para fazer isso.” Então, mesma coisa que eu dizia para o Paulo:¹³ “Paulo, se a gente não conseguiu fazer operar uma política em que a gente tinha uma baita coordenação de forças favorável dentro do MDA, e a gente não

¹³ Paulo Petersen é agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa, doutor em Estudos Ambientais pela Universidad Pablo de Olavide e coordenador executivo da AS-PTA.

conseguiu fazer esse negócio operar com tempo, o que que você acha que vai acontecer no PLANAPO? Tudo isso é macro, enorme!” E ainda por cima tinha uma dificuldade de operação que era o seguinte: não existe um instrumento de execução num programa com aquele grau de amplitude que seja centralizado, ele é descentralizado. Então, você tinha que apresentar o PLANAPO em cada um dos Ministérios e fazer passar as propostas lá dentro. Nunca funcionou. Cada Ministério tinha um tempo, um ritmo, uma prioridade. O problema é esse: faz parte do nosso universo de ONG você dar mais importância às palavras do que aos fatos. Então, você faz um enorme, digamos assim, baculejo de textos, de estudos, e tudo está, de uma forma ou de outra, ligado ao que eu chamo de vitrine: são aquelas coisas que a gente fez em vários lugares e que deram certo. Agora, quando você pergunta: “Qual é a parte do conjunto do seu trabalho que é igual àquilo ali?” Isso aí ninguém responde. Já pediram a minha cabeça mais de uma vez por eu ficar: “Mas vem cá, são quantos afinal?...”. Mas, enfim, não sei se eu respondi à sua pergunta.

AIC – Sim, Jean, entendemos o seu argumento. Já o mercado, com sua demanda por padronização estética, logística de grande escala e processamento industrial, parece ser a grande trava para a expansão da agroecologia. É possível vislumbrar uma transição agroecológica em larga escala sem uma transformação profunda também nas estruturas de beneficiamento, distribuição e consumo? Ou a agroecologia está, por ora, condicionada a ocupar nichos?

JMW – Resposta: sim e não. Ou seja, não é possível você fazer um troço em larga escala; dependendo do sistema agroalimentar tal como ele existe, de como funciona o mercado, você consegue fazer operar em nicho, que é como está operando atualmente, e está crescendo. É um nicho, até um nicho crescente, significativo e tal, mas você não vai generalizar. Não é um nicho que contamine, que seja capaz de contaminar tudo. Não é porque não tem gente suficiente dessa área, não tem estrutura, porque o fato de você

estar no nicho já joga o teu preço para cima. O teu custo e o preço para o consumidor ficam altos. No Brasil, tem muito para crescer. O meu genro, por exemplo, foi criar um mecanismo de acesso a mercado para produção orgânica, orgânica ou agroecológica, não importa. Ele montou isso em São Paulo, o sistema funciona super bem, aquilo continua crescendo.¹⁴ O negócio só tinha 30 produtores para 100 consumidores; atualmente, tem 500 produtores para milhares de consumidores. E tudo com um sisteminha levíssimo, porque, é claro, tudo com inteligência artificial e tal, conecta aquele treco todo. Onde é que está o impasse que eles não puderam superar? Fundamentalmente, nesse momento, na distância. Porque a quantidade de agricultores dentro do perímetro do entorno de São Paulo que permita que você venda aquilo a preços relativamente acessíveis tem um limite. E, sobretudo, tem um segundo limite que aparece aí, que eu já venho há muito tempo dizendo: nós precisamos adensar as nossas experiências. Você tem que ter experiências próximas umas das outras, porque elas vão ser reforçadas sob todos os aspectos, tanto do produtivo quanto, sobretudo, de mercado. Portanto, quanto mais você tem aquela coisa pipocando esparsamente, um cara aqui, outro ali, dispersos num universo de produção rural convencional que não é favorável, você tem uma dificuldade e um custo muito maior para recolher esse material e levar para o mercado. É muito diferente do sujeito que tem uma propriedade de 100.000 hectares, que passa ali com uma colheitadeira com um caminhão do lado, que não interrompe a operação de colheita: vai correndo, vai caindo a soja no caminhão, encheu o caminhão, já tem outro ali pronto para entrar e vai embora. A diminuição de custo é enorme. Evidentemente, esse negócio é mais vulnerável a custos futuros com o problema do custo energético. Mas, por enquanto, é imbatível. Até porque o governo subsidia o custo da energia tanto quanto pode: para o agro, para o caminhoneiro, até para o condutor urbano. Então, o problema de mercado é colossal. Mas aí tem um outro aspecto que eu tentei falar na experiência lá da região do Paraná, que esse é realmente intrínseco à produção da agroecologia. Para o orgânico, isso não é um problema. O sistema de produção orgânica permite perfeitamente que o sujeito tenha monoculturas,

¹⁴ Ver <https://www.raizs.com.br/>

ou praticamente uma variedade de feijão plantado numa região relativamente grande, produzido organicamente, que vai ser mais barato comercializar, vai ser mais uniforme, vai estar mais próximo daquilo que o mercado coloca. Vai ser mais caro para produzir que o sistema orgânico ou o convencional, o problema vai ser preço, mas do ponto de vista dos condicionantes de coleta, transporte e comercialização, não tem problemas maiores. O agroecológico tem. Você tem uma diversidade muito grande de produtos que você não pode uniformizar, então você tem que lidar com um mercado que tem que ser tão fragmentado quanto a oferta, e isso é uma baita dificuldade. Sobretudo quando você tem que levar em conta os sistemas de beneficiamento. Feijão não é tão complicado, porque o único beneficiamento do feijão é você descascar e secar. Agora, se você for pegar, por exemplo, trigo, é um problema mais complicado. Você tem tipos de trigo diferentes para diferentes tipos de uso e, mais, se você tiver um sistema. Isso eu vi operando na França – é um lugar fantástico, acho que na região da Bretanha – em que os caras estavam plantando trigo, uma comunidade que tinha até umas sete, oito famílias. Você tinha dezenas de variedades ali, crioulas, e foi um negócio curioso. Eu perguntei assim: “De onde vocês tiraram essas variedades de crioula? Existe isso aqui na França?” Eles disseram: “Nós tiramos dos bancos de sementes.” Foram para os bancos estatais de semente e conseguiram, portanto, resgatar as sementes tradicionais e passaram a produzir, recolocando-as em uso. Só que elas são geneticamente completamente diferentes do trigo que hoje é plantado. Por quê? Porque o trigo hoje plantado foi desenvolvido para os mercados, para uma certa produção, uma certa quantidade de amido, uma certa quantidade disso, daquilo. Além dos condicionantes, digamos, agronômicos, que têm que ser um porte ‘x’ para a colheitadeira não embuchar. Então, quando vai para o mercado, a indústria transformadora e, com o tempo, a indústria produtora de pão e massa na Europa e nos Estados Unidos virou macro indústria. Até meados dos anos 1960, você ainda tinha uma coisa descentralizada: a padaria moía o seu trigo, comprava o trigo de um fornecedor. Por isso você tinha uma diversidade de gostos, de consistências, e isso foi sendo uniformizado. E hoje em dia é ultra uniformizado. Você tem megaprodutores de pão que distribuem tudo congelado,

e o gerente da padaria só bota ali no forno; padaria hoje só serve para esquentar, não fabrica mais pão. E esse negócio é um bloqueio feroz. Muitas vezes o agricultor escuta: “Não, o teu trigo não serve para minha máquina, ou para minha química, não vai funcionar.” Alguns produtos são mais vulneráveis a isso. Os produtos, digamos, que são vendidos *in natura* evidentemente têm menos problemas dessa natureza, mas têm os problemas de apresentação, de formato, de cor, de tamanho toda uma série de coisas de aparência. Os sistemas orgânicos no Brasil custaram muito a enfrentar essa questão do mercado. Tanto é que ficou a fama da cenourinha tortinha, né? Hoje em dia as coisas são belíssimas. Você vai lá nos empórios do MST aqui no Rio e é tudo bonito. Agora, fica um outro problema: quando você está se rendendo à questão da aparência, quanto você deixa de fora? Quanto da tua produção não está dentro do padrão do mercado? Na agroecologia tem muito disso. Porque a base genética do produto que você está usando não é uniforme. Então, as cenouras vão ser de tamanhos diferentes, vai ser mais torta, menos torta, mais clara, mais escura. O que o mercado quer? Um cenourão, uma cor ‘x’ de cenoura, um formato reto. E por aí vai. E quanto do teu produto vai entrar nesse formato? Essa é outra questão. Tem coisas que provavelmente vão melhorar. O nicho tem um espaço grande ainda. Tanto é que as experiências do Centro Ecológico¹⁵ e da Rede Ecovida,¹⁶ no Sul do Brasil, são umas das experiências mais bem-sucedidas da Rede PTA, e eles funcionam exatamente como nicho, sem vergonha: “É isso mesmo. É um nicho de produtor para um nicho de consumidor. Nós estamos operando para agilizar esse negócio, para melhorar o máximo possível e integrar a maior quantidade de gente possível.” Eu diria que funcionou realmente bem. Eu diria até que, comparando com algum lugar em que o discurso era mais social, “mobilizativo”, participativo e não sei o quê, eles foram melhores. Em muitas experiências mais sociais tinha muito lero-lero e pouco resultado. Os promotores da agricultura orgânica sabem que é nicho e que do nicho não vai passar. Mas fazem isso bem. Eu acho perfeitamente respeitável.

¹⁵ Centro Ecológico – Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica. Ver: <https://centroecologico.org.br/>

¹⁶ Rede Ecovida de Agroecologia. Ver: <https://ecovida.org.br/>

JAP – Você menciona o avanço do “capitalismo verde” ou “agronegócio verde”, que adota sistemas de produção orgânica em larga escala, muitas vezes simplificados e em monoculturas. Que perigos ou desafios essa apropriação do discurso “sustentável” pelo capital representa para o avanço da agroecologia autêntica, digamos assim, baseada na agricultura familiar e na agrobiodiversidade?

JMW – Olha, eu acho que a ameaça é significativa, sim, porque há uma contradição entre grandes propriedades orgânicas de monoculturas variadas e a agricultura familiar agroecológica, que é de pequeno porte. O confronto vai ser aí. Por quê? Pelo mercado que existe. O agronegócio verde é capaz de colocar produtos orgânicos no mercado numa escala que a agroecologia (e a agricultura orgânica) não é capaz de fazer nesse momento, e respondendo com mais facilidade às exigências que o mercado impõe. E disputar esse mercado. O que pode distinguir, e é uma coisa que, por exemplo, o MST e outras organizações vêm fazendo, é você ter um duplo selo: o selo social e o selo de qualidade orgânica ou de qualidade agroecológica. Porque é a forma de você, de alguma maneira, enfrentar os caras. Senão, vai ser preço por preço, e no preço por preço, eles vão ganhar, não tenho muita dúvida em relação a isso. Então, de fato, é uma situação complicada. Mas isso está crescendo legal. Aliás, nas estatísticas do censo, é onde mais cresce. A adesão à agroecologia é em grandes propriedades. É onde mais cresce. Hoje em dia, você tem o filho do Abílio Diniz¹⁷ com uma propriedade de 10.000 hectares em São Paulo, e tudo orgânica e o pessoal é orientado pelo Ernst Götsch.¹⁸

AIC – Jean, como lidar com os conceitos? Como conciliar o orgânico e o agroecológico numa mesma discursividade sem perder as especificidades de cada

¹⁷ Abílio dos Santos Diniz foi um administrador e empresário brasileiro, presidente do Conselho de Administração da Península Participações e membro dos Conselhos de Administração do Grupo Carrefour e do Carrefour Brasil. Seu filho Pedro Paulo Diniz administra a Fazenda da Toca, em Itirapina/SP.

¹⁸ Ernst Götsch é um agricultor e pesquisador suíço, radicado no Brasil desde os anos 1980, conhecido mundialmente por desenvolver e difundir a Agricultura Sintrópica: um sistema agrícola que imita e acelera os processos naturais de regeneração das florestas.

um? Porque a gente percebe que as pessoas já estão acostumadas e sabem o que são produtos orgânicos, mas quando você fala: “isso é agroecológico”, a maioria das pessoas não sabe do que se trata.

JMW – Não, não sabe. De fato, o conceito de orgânico se tornou um conceito socialmente compreendido, pelo menos por uma camada mais informada da população. O agroecológico, não. O agroecológico é um mistério, ainda é coisa de bicho-grilo. Mas como fazer isso? Para começar, acho que tem que estabelecer algum fluxo de informação que permita você qualificar os conceitos de uma forma mais prática e objetiva. Quando a gente começou esse programa lá, nos idos de 1982, 83, eu me lembro que teve um momento em que eu encontrei – num congresso que era sobre comunicação rural, em Recife – o cara que dirigia o Globo Rural. Ele sentou-se na minha mesa e falou: “Você não é o Jean Marc? Aquele que foi da UNE e tal?” Eu disse assim: “Ah, eu mesmo.” Ele: “Pô, cara, oi, companheiro.” Eu respondi: “Como assim, companheiro?” Ele disse: “Porque eu também fui da Ação Popular”. “Ah, que legal e tal...” Aí ficou, contou o resto da vida, a gente bateu bola, eu não sei nem se ele ainda está vivo, mas certamente já está aposentado.¹⁹ Eu expliquei o que a gente estava fazendo e ele falou: “Olha, isso me interessa muito. Vocês tão propondo um negócio extremamente interessante. Se vocês tiverem alguma experiência importante, eu ponho no Globo Rural”. Lembro que eu tive uma primeira reunião com a equipe e fiquei feliz! Mas o povo disse assim: “Quê? Nós vamos ficar trabalhando para a Globo?” Eu disse: “No caso, a Globo vai estar trabalhando para nós, pô.” É outro ângulo, mas foi uma guerra! Mas, enfim, o interessante é que eu perguntei para ele: “Hamilton, o que te interessa nisso? Você gostou da ideia da agroecologia?” Ele disse: “Não, eu gosto da originalidade. Eu sou jornalista. Vocês tão oferecendo um negócio que é original, é diferente, é interessante em si mesmo. Eu não sou propagandista. Não sou obrigado a fazer propaganda de agrotóxico ou botar a matéria que é só para propaganda de agrotóxico. Vou botar uma matéria original. Precisa ser uma coisa consistente.” Então,

¹⁹ Trata-se de José Hamilton Ribeiro que trabalhou no Globo Rural por quase 40 anos e hoje, aos 90 anos, encontra-se aposentado.

isso é que a gente precisa, entendeu? Nessa altura do campeonato, é uma coisa que qualifique, desde o ponto de vista da prática, a diferença desses conceitos, quer dizer, o que é uma coisa, o que é outra. E não é tão difícil assim, é mais enrolado quando é o agronegócio²⁰ que está fazendo o orgânico. Aí o selo social não funciona. Ele pode ser até um problema.

JAP – Tem algo nas mudanças feitas pelo agronegócio (plantio direto etc.) que são aproveitadas numa transição agroecológica? E pergunto também, essa produção orgânica, você acha que acaba sendo aproveitável para a transição ou tudo isso acaba impedindo uma transição real?

JMW – Olha, eu vou citar para você a nossa experiência do Paraná mais uma vez. Eu diria que, embora nós não tenhamos concebido o programa assim, ele funcionou da seguinte maneira: funcionou naquilo que o Stephen Gliessman²¹ escreveu que eram as quatro etapas da transformação da transição agroecológica. A primeira etapa na transição era a racionalização dos usos dos insumos químicos. Ele sempre partia do convencional, até porque, nos Estados Unidos, não tinha nada que fosse tradicional e ele partia daquele universo. Segundo, vinha a substituição dos insumos. Terceiro, aí é que era o pulo do gato: a diversificação do sistema. Quando chega na diversificação do sistema, tudo se complica, porque o primeiro e o segundo são coisas relativamente simples do ponto de vista conceitual, do ponto de vista operacional – embora não seja tão simples assim. Na substituição, por exemplo, para fazer com vantagem o processo de substituição de insumos você precisa ter algum nível de diversificação. Então, por exemplo, no Paraná foi muito comum: os agricultores pegaram uma das várias técnicas que a gente propôs de adubação, e capturaram uma que, para eles, era mais

²⁰ O termo **agronegócio** é uma expressão informal utilizada em determinados contextos discursivos para designar, de maneira frequentemente pejorativa ou irônica, o agronegócio de pequena escala, em particular aquele vinculado à agricultura familiar e a pequenos e médios produtores rurais.

²¹ Stephen R. Gliessman é um dos nomes mais importantes da agroecologia mundial. Ele é considerado um pioneiro no desenvolvimento da agroecologia como ciência, campo acadêmico e prática agrícola.

interessante, porque era mais fácil de fazer e mais fácil de multiplicar, que era o que eles apelidaram de “adubo da independência”. O adubo da independência, na verdade, nada mais é do que você usar, por exemplo, inoculantes da Fundação Mokiti Okada, que são aceleradores do processo de fermentação e de bacterização, digamos assim, de um composto, e botar aquele negócio numa escala muito grande, misturando esterco com terra, com isso e aquilo outro. Eles foram fazendo seus complementos e, com isso, criaram um adubo, isso foi numa velocidade incrível e funcionou muito bem. No processo de substituição de insumos, eles substituíram. Mas quando você vai substituir, aí começam as coisas delicadas, a semente convencional, mesmo que não transgênica, por semente crioula, vem a pergunta: qual semente? O fato da semente crioula é o seguinte: exatamente o interessante é que a diversidade das sementes crioulas permite uma adaptabilidade maior a diferentes nichos ambientais. Então, já começa a esbarrar num negócio que foi uma das coisas que a gente bateu cabeça lá. Quando a gente descobriu que existia um número relativamente restrito das 150 variedades crioulas de feijão que a gente identificou na região, tinha um número mais restrito, de umas 8 a 10, que tinham um grande potencial para você produzi-las de uma forma mais generalizada. É o seguinte, geneticamente, elas tinham mais capacidade de adaptação do que as outras; as outras eram bem mais específicas para condições particulares. Tanto que, das 150 – e a gente chegou a classificar isso em certo momento – você tinha um bom terço ou mais que era praticamente específica daquela propriedade, alguma coisa que eles vinham desenvolvendo lá há um bom tempo pela família e que era para consumo próprio, porque já não tinha mais espaço para comercialização, então plantava o convencional em um lado e plantava as variedades crioulas para consumo próprio em outro. Então eram variedades que você não podia multiplicar porque dava certo ali e não dava certo lá. Agora, outras não. Umhas 8 a 10 variedades crioulas tinham um grande potencial. A quarta etapa já é a questão de você entrar no mercado. E é muito difícil, evidentemente, nesse espaço de domínio de um sistema capitalista, você não vai conseguir dobrar esse mercado. Porque você vai ter, pensando teoricamente, hipoteticamente, uma crise energética medonha que vai botar abaixo o sistema

convencional e facilitar a produção em menor escala, mas não necessariamente agroecológica. E a agroecologia tem um potencial maior, porque ela é mais econômica do ponto de vista energético. O fato é que esse orgânico convencional, mesmo do agronegócio, ele tem vantagens significativas dentro desse universo que nós estamos. Agora respondendo à pergunta sobre se as mudanças do agronegócio podem ser aproveitadas: eu acho que muito pouca coisa. Na verdade, o cultivo direto é uma coisa que existe há milênios; inclusive, no Maranhão é o que eles chamam de feijão e arroz abafado. É um sistema tradicional, indígena inclusive. Então, não é uma novidade do agronegócio. O agronegócio, quando entra com o esquema do cultivo direto – que foi uma experiência puxada pelo CIRAD [Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement], da França, com o pessoal da região do Cerrado, da região do Centro Oeste –, eles entram com um sistema de uso de pesticida pesado. Você faz uma cobertura, liquida o mato com pesticida e faz uma cama. E você vai plantar naquele universo ali, daquele troço. Isso foi ainda mais facilitado com a produção de transgênicos, porque aí você pode passar o seu agrotóxico em cima da planta sem ela sentir tanto. Então, eu não conheço nada do sistema convencional que você possa fazer que tenha muito significado no agroecológico ou mesmo no orgânico. Você tem uma coisa que eles chamam de indução de floração, que é um processo químico, na verdade, mas também pode ser processo biológico. A indução de floração tem como sentido, sobretudo em fruteira, para você ter uma floração simultânea. Quer dizer, naturalmente não é assim que a banda toca, a natureza não tem essa uniformidade. Então, você ter uma floração simultânea significa que vai formar frutos mais ou menos na mesma época. Eles vão amadurecer na mesma época, próximos, bem mais próximos do que se fosse uma coisa mais aleatória. O objetivo disso aí, evidentemente, é você ter uma colheita facilitada. É muito difícil você mecanizar uma colheita de fruta quando ela não tem uma uniformidade no momento de maturação. Senão, você vai misturar tudo: o maduro com o verde. A qualidade do vinho na França caiu quando eles mecanizaram a colheita. E o elemento mais complicado do sistema convencional é o seguinte: no sistema convencional, talvez o indutor mais forte da

modernização, a modificação tecnológica dos sistemas convencionais, não é o agrônômico, mas é a economia de trabalho, é a mecanização. Inclusive, quando você pega na Europa, no final do século XIX, as primeiras grandes transformações são introduções de mecanização, é a colheitadeira puxada a cavalo, aquele negócio todo que gera o excesso de mão de obra, que gerou a grande migração do século XIX para os Estados Unidos e para próprio Brasil. E essa questão da mecanização é uma questão pessimamente resolvida do ponto de vista do sistema agroecológico. Porque você está tomando o princípio de que o sistema agroecológico é tão mais eficiente quanto mais ele se diversifica dentro de determinados rankings de nicho ambiental. Tem uma experiência da AS-PTA, ultra sistematizada, na Paraíba, que é espetacular. O Seu Mário tem 1/2 hectare ao lado da casa dele, é tudo que ele tem – agora ele ganhou uma terra num assentamento e eu fui ver o que ele estava fazendo. Ele fez exatamente o seguinte: o sistema dele era hiper diversificado no 1/2 hectare; nos cinco hectares que ele tinha no assentamento era bem simplificado. Eu disse: “Mas não tem uma hora que dá vontade de diversificar?” Ele disse: “Aqui não dá, não. Aqui é muito grande e não tenho mão de obra pra fazer isso, não!” Uma vez eu contei, ele tinha uns 20 e tantos produtos diferentes, espécies diferentes plantadas dentro daquela uma área de 1/2 hectare. E você vai andando pelo terreno e não tem uma lógica aparente. De repente, você tem assim, talvez uns 20m² de arroz misturado com aipim e com não sei o quê, e em volta tinha várias outras coisas. “O senhor botou arroz aqui por quê?” Ele disse: “É que tem uma acumulação de água aqui embaixo, então você tem a terra aqui que é mais fininha e ela faz um cavadinho, né? E aqui acumula mais água, que pro arroz é bom, então plantei o arroz aqui.” Ou seja, a lógica dele é genial! Muito observador e por isso tem aquela diversidade toda. Mecanizar ali nem pensar, sem a mínima possibilidade. A mecanização necessariamente obriga uma certa simplificação. É um problema ainda a ser resolvido. E eu não acho que seja resolvível, quer dizer, se você for pensar na dimensão da agroecologia no seu, digamos assim, impacto máximo, na sua diversidade máxima, não dá para mecanizar. A coisa tem que ser realmente manipulada.

AIC – Você defende que, diante das crises energética, climática e de recursos, a agricultura do futuro dependerá inevitavelmente do campesinato e da agroecologia, implicando uma desglobalização, a realocação da produção e uma mudança radical nos padrões de consumo.²² Como comunicar a urgência e a viabilidade dessa transição civilizatória para uma sociedade urbana que ainda desconhece o papel da agricultura familiar e enxerga o agronegócio como sinônimo de modernidade e riqueza? Ou ainda, como construir uma consciência social crítica e ativa que veja na agroecologia não apenas um “problema rural”, mas parte constitutiva de um projeto de nação?

JMW – Olha, esse aí é o nó górdio do nosso futuro. Na verdade, evidentemente, para você conseguir fazer avançar esse processo de transição agroecológica numa escala maior, você tem que fazer avançar também na escala maior do consumidor. As duas coisas não podem ser desconectadas, ou você vai ter uma produção que não tem escoamento, ou vai ter uma demanda que não vai ter produção. No momento, nós estamos numa fase em que você tem mais demanda do que oferta para produtos orgânicos ou agroecológicos, o que faz com que, em vários lugares, os preços mais altos, apropriados fundamentalmente pelos supermercados, sejam assumidos por um público que é capaz de pagar. Você tem – isso nas grandes cidades, como Rio de Janeiro, Curitiba etc. – uma qualidade orgânica que permite esse tipo de coisa. Agora, para o futuro, esse é um jogo muito complicado, porque, primeiro, são vários níveis de consciência que têm que ser assumidos. Primeiro, para o público conseguir entender que você vai precisar de uma reforma agrária maciça, com milhões de agricultores familiares, e entender que aquela história, aquele treco que aparece “Agro é tec, agro é pop, agro é tudo” é uma merda. Quer dizer, isso aí é uma luta ideológica e política feroz. Começa com o fato de que os grandes, digamos, agentes que fazem a política e fazem a comunicação não acreditam nisso. Não acreditam nessa nossa proposta. O Lula não acredita, aquela canalhada lá do Congresso não acredita, os grandes dirigentes do PT

²² WEID, op. cit.

não acreditam. Então, o primeiro enfrentamento está nesse nível aí. Quer dizer, se você não tem sequer os formuladores de política... Eu diria até que os meios de comunicação, embora sejam propagandistas até por interesse financeiro – propagandistas do agronegócio, porque eles ganham dinheiro com isso, os caras pagam – eles têm dado até uma razoável cobertura para os temas tanto ambientais como da questão da nutrição, da questão da agroecologia, da agricultura familiar. São mais simpáticos do que eu poderia até imaginar, esperar, embora precisasse de muito mais do que isso. Mas eu acho que esse é um dos patamares de consciência. O público em geral não tem consciência sequer de que nós estamos a caminho de uma hecatombe ambiental. Essa é uma questão chave, porque se você não consegue mostrar a um público em geral de que você está diante de uma situação extremamente grave, extremamente crítica, nenhuma das propostas de solução entra em jogo. Nem essa específica que a gente está levando, a agroecologia, para você garantir a alimentação e, ao mesmo tempo, não destruir o planeta, como outras: como é que você se transporta numa cidade, ou como é que você constrói numa cidade sem estar destruindo o planeta todo? Nenhum desses temas vem à baila porque as pessoas não estão com sentimento da urgência. A política mais comezinha, ou chamemos de tradicional, mesmo de esquerda, tende a dizer o seguinte: o prioritário é você enfrentar a crise social, a questão ambiental vem depois, vai chegar. Isso tem um lado de raciocínio intelectual, mas que encobre uma questão que é outra: eu atuo com esse público, esse público reage a isso, tanto eleitoralmente como em apoio político, ele reage a um estímulo da resposta imediata a um problema social, mas não a uma ameaça que é para amanhã, a ambiental. Então, isso já vai travando esse processo todo. Eu sou muito pessimista em relação a gente dar a volta nesse treco. A gente vai precisar de impactos muito mais brutais do processo de aquecimento para que as pessoas despertem, e talvez seja tarde demais. A esquerda cada vez mais faz discurso de bolha, o ambientalismo faz discurso de bolha – embora seja, digamos assim, mais virado para fora do que a esquerda costuma ser, mas tem uma certa dificuldade de transmitir esse negócio. Sei que não é uma coisa fácil. Quando o sujeito está na situação de que está ferrado, quando a água está batendo no pescoço,

metaforicamente ou não, ou a fome está apertando, você não vai discutir a qualidade da nutrição, vai discutir se você vai comer ou não vai comer. É simples assim. Mas você pode resolver isso se você tem uma política pública mais consciente, ou seja, você pode ajudar a formar essa consciência na base.

AIC – Muito bem, Jean, muito obrigada pela sua disposição em conversar conosco sobre temas tão relevantes da nossa história contemporânea.

JAP – Sim, foi uma entrevista com reflexões bastante pertinentes. Obrigado!